

MOVIMENTO DE DENTRO PRA FORA DA MULHER QUE SE DECLARA PARDA: MEU NASCIMENTO REFLETIDO NA REDENÇÃO DE CAM

AIDA LOMANTO COUTO¹

ANTÔNIO CARLOS SANTOS SILVA²

RESUMO

Este texto é uma narrativa tecida a partir da experiência de uma mulher que se declara parda e ao fazer o curso de extensão em Saúde da População Afro-brasileira no O ODEERE – Órgão de Educação e Relações Étnicas: Saberes e práticas dos Legados Africanos, Indígenas e Quilombolas, vinculada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Percebe-se com vários questionamentos a respeito de sua origem e os conceitos étnicos raciais acerca da atuação profissional como psicóloga, deparando-se com reflexões o quanto o racismo atravessa o processo da identidade da pessoa e suas relações interpessoais, como também a quanto afeta a saúde mental e física de quem vivencia o racismo.

COMPREENDENDO O CONCEITO DO RACISMO

As desigualdades presentes na realidade brasileira e suas implicações existentes entre raça, gênero e classe. São fenômenos históricos e socioculturais que nos remete às concepções que postulam que um determinado sistema de opressão é a origem dos outros. Neste contexto, o fenômeno do racismo é uma marca constante que ainda nos dias de hoje simboliza o desencadeamento de traumas vividos na memória daqueles que são vitimados por este fenômeno infelizmente ainda muito presente na contemporaneidade.

¹ Psicóloga Clínica. Com Especialização Lato Sensu em Neuropsicologia e Psicologia Humanista com Abordagem Centrada na Pessoa. E-mail: ainda.lot.cot@gmail.com

² Doutor em Ciências da Saúde. Professor do Departamento de Saúde II e ODEERE. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: antonio.silva@uesb.edu.br



Deste modo, o racismo é estrutural e institucional, construído e sustentado política e ideologicamente. Neste contexto Almeida (2019) explica que o conceito de raça, enquanto noção relacional e histórica, remonta ao século XVI, tendo sofrido atualizações desde então, pois as discussões sobre questões raciais, ainda não são discutidas de forma adequada por parte da sociedade brasileira.

Segundo Zamora (2012), o racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas, à “raça” e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas. Neste caso, na aparente hierarquia de raças, o branco estaria no topo, o modelo a ser seguido; enquanto ao negro é atribuído um lugar de rebaixamento, de ser defeituoso e negativo. Seguindo a mesma linha, Damasceno e Zanillo (2018) afirmam que a população negra brasileira ocupou historicamente as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias na pirâmide social.

O racismo seguiu se moldando de acordo com a evolução da sociedade. Para Zanillo e Gouveia (2019), a permanência do racismo se deu em outras bases: se antes, na escravização, era nítido, ele se tornou insidioso, muito mais forte e muito mais difícil de captar. As autoras ainda acrescentam que mesmo que atualmente o racismo tenha encontrado novas formas de expressão e que na maioria das vezes não seja ao menos reconhecido ou nomeado, ele ainda é danoso e adoecedor.

COMO A REDENÇÃO DE CAM ATRAVESSA A HISTÓRIA

Ao nos depararmos com tal realidade entre estudos e reflexão sobre o quadro “A redenção de Cam” pintada por Modesto Brocos em 1895, no início do período republicano brasileiro e pouco depois da emancipação, a imagem parecia então canalizar preocupações correntes quanto à incorporação dos escravos e seus descendentes à ordem livre de uma nova sociedade nacional, especialmente ao abordar de forma direta a transformação da população de

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



ascendência negra em branca, por meio das uniões inter raciais. Porquanto a imagem se tem mostrado capaz de articular tão propriamente o problema do preconceito, também suscita reflexões sobre a consolidação de um marco de pensamento que embasa (e exprime) a constituição da branquitude – ou das distintas formas de percepção e autopercepção que se assentam na prerrogativa de que ser branco constitui um privilégio que habilita outros privilégios no Brasil.

O que levou à autorreflexão da origem do nascimento da mulher que se auto declara como parda e curiosamente sua avó materna tem a mesma expressão da referida pintura citada. Essa escrita é a busca da criação de uma nova perspectiva, de um novo diálogo a respeito de mim e de nós. Por isso me atrevo a escrever um pequeno trecho da história, não com o objetivo de transmitir alguma espécie de realidade do que foi vivido, mas de tencionar o que encontrei no caminho e o que me atravessa nessa experiência do estudo sobre o racismo o quanto ele estar presente e intercalado nas nossas vidas. Pois bem, a história do meu nascimento também se reflete nesta pintura, sou filha de mulher de branca com homem negro, a família materna não aceitou a união dos meus pais no início do seu relacionamento isso na década de 70, justamente por conta da cor do meu pai e sua origem de classe social inferior. Logo após o nascimento da criança e sendo constatado que era de pele clara houve assim uma "redenção", ou seja, aceitação.

CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIDADE

O racismo é experiência comum entre outras mulheres negras e pardas no Brasil, sendo assim também carrego a mancha do preconceito, da exclusão. A principal dúvida que cerca as pessoas é: "sou claro demais pra ser negro, mas escuro demais pra ser branco. O que eu sou? Eu sou pardo?". Como dizer a uma pessoa como ela deve se autodeclarar?

O presente é resultado de um passado e se hoje temos dificuldades de entendimento sobre a nossa identidade étnico-racial é consequência de um

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



passado escravocrata. Por isso, devemos entender sua origem que advém da construção da ideologia do branqueamento. Assim como Carl Rogers em seu livro "Tornar-se Pessoa", publicado nos Estados Unidos em 1961, que foi lançado no Brasil em 1976 nos descreve "Descobri que sou mais eficaz quando posso ouvir a mim mesmo aceitando-me, e posso ser eu mesmo". Tal paradoxo entre aceitação e mudança fundamenta a capacidade de compreensão de si mesmo e de sua origem. Podemos citar uma das frases mais conhecidas da autora Neusa Santos Souza, "Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo". Com esta afirmação, a psicanalista e intelectual negra, Neusa Santos Souza, abre a introdução de tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social, em princípio uma dissertação de mestrado, defendida em 1981, no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e publicada como livro em 1983. O destaque para a frase de abertura da obra, aqui citada, não é trivial e comunica sobre a relevância depositada na produção de um discurso auto enunciado, que faz frente aos estereótipos raciais reproduzidos e atualizados historicamente nos estudos brasileiros sobre "o negro" tomado como objeto e problema de investigação. A passagem de objeto para sujeito marca a fala ou a escrita de si como um ato político e de descolonização (Kilomba, 2019). Para Souza (1983), "Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas".

Uma das grandes problemáticas trazidas por Neusa Santos diz respeito à emocionalidade do negro que ascende socialmente, ou seja, aquele que ocupa lugares que antes só eram garantidos à branquitude. Dessa forma, a autora utiliza o termo "identidade renunciada" para nomear o processo através do qual os negros tiveram que negar sua identidade para ascender socialmente. Essa negação pode ser compreendida por diferentes perspectivas: a da mulher que alisa o cabelo para se encaixar num padrão imposto no seu ambiente de trabalho, o homem que raspa a cabeça para ser aceito em determinada esfera social e assim por diante.



Na perspectiva do professor Munanga (2012), o primeiro fator necessário para a constituição da identidade negra, é a história, já que, o negro mal a conhece, em função da mesma ter sido contado do ponto de vista do "outro", de maneira depreciativa e negativa. Assim, recontar e reconstruir a história do negro, de forma verdadeira e positiva, é imprescindível.

O essencial é reencontrar o fio condutor da verdadeira história do Negro que o liga à África sem distorções e falsificações, consciência histórica, pelo sentimento de coesão que cria, constitui uma relação de segurança mais sólida para cada povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la para as futuras gerações (MUNANGA 2012, p. 10).

Para encontrar esse fio condutor da história, para a construção de identidades negras. A identidade negra pode ser vista como forma de resistência na sociedade brasileira. Ganhando essa conotação desde a chegada dos africanos no país, os quais buscavam preservar sua identidade étnica e religiosa (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2007), embora sofressem as imposições das mudanças do homem branco.

Conforme aponta André (2008), o homem branco utilizou-se de diferentes mecanismos para controlar e combater pessoas negras: 1. Para desenraizar suas práticas sociais e a comunicação dos grupos de tribos semelhantes da África, os donos de escravizados os separavam e misturavam com tribos diferentes, medida que evitaria sua organização para fugas.; 2. Outro modo de atuação foi à formação da ideologia de branqueamento elaborada pela elite brasileira, a partir do século XIX e meados do século XX, baseada na premissa de que era necessário embranquecer o país, uma vez que a população negra estava aumentando, e o governo não queria uma população formada por negros, afinal, ser negro sempre foi visto como algo ruim.

SURGE A MISCIGENAÇÃO

A partir disso, aponta André (2008), surge a miscigenação. Essa foi difundida



como forma de alienação da identidade para negros e índios, os quais acreditavam que com essa medida, seus filhos seriam incluídos na sociedade. Para a autora, a miscigenação tornou-se eficaz, pois desenvolveu três formas de ação: 1. a violência sexual praticada pelos senhores de escravizados em mulheres negras e indígenas; 2. casamentos fora do religioso; 3. à chegada dos imigrantes no país. Nossos governantes adotaram uma política externa no regime colonial, que facilitava a vinda de imigrantes de todos os países do mundo para o Brasil, oferecendo a possibilidade de trabalho e moradia. Mas, a verdade é que, novamente, o objetivo era o clareamento. A miscigenação foi um processo construído socialmente, e infelizmente, é uma das causas da dificuldade de estruturação das nossas identidades, sendo percebida na dificuldade de autodeclaração racial.

A origem da miscigenação vem de um projeto de embranquecimento da população brasileira. Você não leu errado, é isso mesmo. Existiram estratégias e teorias para alcançar esse objetivo. Um desses estudos indicava que em três décadas desse processo o Brasil seria um “país branco”. A pintura “A Redenção de Cam” retrata isso. De um lado, vemos uma senhora retinta com as mãos para cima agradecendo. À sua direita, sentada, está uma mulher de pele mais clara com uma criança branca no colo e, ao fundo, um homem branco olhando para o filho. O que a senhora negra está comemorando é o nascimento de um neto branco e que a sua família está embranquecendo a cada geração.

Com as resistências dos Movimentos Negros, aos poucos, o racismo passou de uma teoria que, de política, passou a ser considerado um crime. Diante de lutas como criação de escolas para alfabetização, formação profissional e luta contra a estigmatização, manifestações por equidade racial e outras ações, concretizou-se o reconhecimento da pessoa negra como sujeito de direitos.



A AUTODECLARAÇÃO RACIAL É UM DOS PROCESSOS MAIS DIFÍCEIS PARA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Ainda assim, os sofrimentos com a ideia que permaneceu no inconsciente de que pessoas brancas são superiores e negros, inferiores ainda são exteriorizadas e se traduz, entre outras consequências, na dificuldade de autodeclaração racial. Além disso, mesmo com direitos garantidos nas leis, ainda ocorrem atitudes que contribuem para reforçar e enquadrar o lugar de subalternidade para as pessoas pretas, em detrimento do lugar de privilégios para as pessoas denominadas de brancas.

Um dos exemplos mais recorrentes é a ofensa feita a negros ao associá-los a macacos. Trata-se de uma palavra com muitos significados implícitos, cujas expressões trazem implicações ao psiquismo: esse nome animaliza o indivíduo preto, retirando-lhe a humanidade.

Apesar dos avanços da legislação, ainda hoje, ser negra (o) é carregar os resquícios de inferiorização de mais de 300 anos de escravismo em nosso inconsciente. É como se fosse necessário comprovar o tempo todo, nossa humanidade. É, definitivamente, um processo doloroso e desgastante, que resulta em sofrimento psíquico, no qual até a disputa das palavras torna-se relevante para reafirmar nossa condição humana, a exemplo de quando reivindicamos o adjetivo “escravizado” em detrimento de “escravo”. Ademais, é uma luta cansativa reivindicar a humanidade a cada instante.

Não se pode esquecer também da colonialidade de gênero e das interseccionalidades, entendidas como somas de opressões. Em outras palavras, para citar um exemplo, mulheres pretas, periféricas, cuja sexualidade não esteja na heteronormatividade, tendem a sofrer ainda mais preconceitos e implicações nas suas subjetividades, outro fator que pode influenciar a auto declaração racial.

No Brasil onde a maioria da população é composta por afrodescendentes não se têm dados precisos sobre a incidência de transtornos mentais, no entanto, pode-se afirmar que muitos vivem em um contínuo sofrimento mental, pois são



carentes as condições de subsistência e é ampla a falta de perspectivas de vida futura e ao internalizar figuras negativas, alguns afro descendentes passam a ter transtornos de pensamento e de comportamento, sentimentos inferiores, comportamentos isolados, entendido por muitos como timidez ou agressividade (SANTOS, 2018).

Duvidar de sua própria inteligência e capacidade de conquistar algo ou concluir uma tarefa integra o rol das consequências do racismo, pois as mulheres negras, por seu gênero e raça, muitas vezes são desacreditadas, questionadas e diminuídas por uma sociedade racista que, desde o período escravagista, dualizam-nas racialmente: corpo separado de mente. Assim, seus corpos e mentes são estigmatizados, submetendo-as, no imaginário social, ao atributo de seres instintivos, irracionais, úteis apenas para servir no sexo e nas tarefas domésticas (Moreira, 2018).

O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade permite que vejamos como as diferentes formas de opressão não são isoladas, mas se interconectam e se reforçam mutuamente. Diferenciar essas nuances permite compreender e abordar a discriminação em sua totalidade, em vez de tratá-la de forma fragmentada.

Exemplos de como conceito afeta grupos marginalizados podem ser encontrados em quase todas as áreas da vida, desde a saúde até a economia. Podemos citar, neste caso, um exemplo sobre acesso à saúde. Quando falamos de pessoas racializadas e de baixa renda, este grupo de pessoas pode enfrentar barreiras significativas para acessar esse recurso, incluindo falta de seguro médico, falta de acesso a cuidados preventivos e escassez de serviços de saúde de qualidade em suas comunidades.

A interseccionalidade voltada para a abordagem sistêmica busca revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Uma das



principais autoras que trabalha com essa perspectiva é Kimberlé Crenshaw, que tem buscado desenvolver recursos com o objetivo de formular políticas que evitem a violação dos direitos humanos das mulheres. A interseccionalidade, segundo a perspectiva de Crenshaw (2002, p. 177), é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw (2002) teve um papel importante para o entendimento de que as formas de opressão não atingem os indivíduos isoladamente, mas também não o fazem somadas ou acopladas, em dinâmicas que permitiriam visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua copresença.

Concordamos com Nogueira (2013, p. 243), quando ela ressalta: "se há diferentes posicionamentos para enfrentar essa complexidade, porque não os usar para em conjunto se produzir um saber sempre questionado, sempre crítico, sempre alerta das possibilidades de retificação, seja de categorias ou assunções que são temporárias ou provisórias e usadas apenas estrategicamente?".

A interseccionalidade, aqui entendida como sobreposição de diversas formas de opressão, pode ser potente para elucidar o sentido da expressão utilizada: "trazer o sujeito na sua integralidade". Seria como indicado já há tempos por Jurandir Freire Costa, dado o objeto historicamente submetido à intervenção do discurso psiquiátrico, o portador dos três pês: preto, pobre e psicótico. Contudo, mais do que isso, a noção de interseccionalidade mostra os efeitos das superposições de diversas formas de opressão e de discriminação, matizando diferentemente a experiência da dor. Isso constrói uma perspectiva para a ideia de integralidade: uma compreensão do sofrimento do outro contextualizada nas



superposições das diversas formas de exercício de discriminação que o atravessam.

O RACISMO FONTE DE ADOECIMENTO MENTAL

A partir de ações do movimento negro, as movimentações no cenário da saúde da população negra se inscreveram no texto da portaria da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), com ganhos importantes como o reconhecimento do racismo e racismo institucional enquanto determinantes sociais em saúde. Entretanto, ele não se sucedeu a partir das tímidas movimentações no setor da saúde mental. A PNSIPN, diante do reconhecimento dos efeitos da discriminação racial e exclusão social, ao elencar a necessidade de lidar com a saúde mental da população negra, parecem justamente denunciar o pressuposto da universalidade presente nas políticas de saúde, bem como na política nacional de saúde mental.

Evidenciando a importância das demandas do movimento negro, em 2012, pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), foi realizado o VII Congresso de Pesquisadores Negros (Copene), intitulado 'Os desafios na luta antirracista no século XXI'. Paulino Jesus, presidente do evento, convocou a Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD) do Ministério da Saúde, por meio de um ofício que dizia da necessidade do comparecimento da CGMAD, e enfatizou a importância de articulação com a PNSIPN e o Movimento Negro.

A relação entre raça e saúde, de maneira geral, e mais ainda entre raça e saúde mental especificamente é tema que ficou esquecido no pensamento brasileiro, muito provavelmente como consequência do mito da democracia racial brasileira. Na proposta de Zanello e Gouveia (2016), são fortes no Brasil os indícios de que o racismo saiu da visibilidade das teorias raciais do início do século XX e adentrou a invisibilidade da prática clínica atual, em um fenômeno que ultrapassa os limites da psiquiatria e penetra outras áreas clínicas. Um dos indícios



é a inexistência da referida obrigatoriedade de se declarar a cor/raça do paciente quando da coleta inicial de dados cadastrais.

A Psicologia não ficou imune ao alheamento às questões afetas a minorias raciais e étnicas e o lugar que ocupam na sociedade; nesta área a Psicologia tem um histórico de ausência, a exemplo da psiquiatria. Segundo Munanga (2003), vítimas de preconceito racial e discriminação recebem pouca atenção da Psicologia clínica. Ele acredita que a Psicologia brasileira tem muito a produzir no conhecimento do racismo e suas consequências na estrutura psíquica tanto das pessoas-alvo quanto dos perpetradores do racismo.

A saúde mental é um campo pluridisciplinar. A todas as disciplinas da saúde mental, inclusive à Psicologia clínica, cabe a prontidão para contribuir com pesquisa e intervenções adequadas a qualquer tipo de população e de dor psíquica. A ajuda psicológica é fundamental também para pessoas que a buscam devido ao sofrimento psíquico pelo qual passam como consequência da experiência de racismo. É crescente o número de psicólogos (as) que acolhem clientes cujo sofrimento psíquico é originado no encontro interétnico; esses profissionais deparam-se com subjetividades certamente afetadas pelo racismo cotidiano. A ausência de um olhar crítico do profissional impossibilita-lhes atentar para processos de preconceito e discriminação racial presentes no sofrimento psíquico de pessoas negras.

Olhar para a ancestralidade do indivíduo permite o resgate de quem a pessoa é de onde vem, como a família lida com a questão para assumir a identidade e enfrentar os desafios que a pessoa encontra. Sabe-se que o acesso a um profissional de saúde mental sensível a essas questões, também acaba sendo um empecilho. Cabe também aos profissionais da saúde mental promover a criação de espaços para a expressão livre do preconceito e da discriminação racial. O incentivo aos estudos sobre as relações raciais no Brasil são fundamentais para enfrentar a desigualdade racial e minimizar o sofrimento psíquico da população negra brasileira, que parece se iniciar ainda na infância.

O cenário das pesquisas apresentadas aponta, portanto, a necessidade

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



urgente de ênfase investigativa, na agenda da Psicologia clínica, dos impactos do racismo na saúde mental de pessoas negras, vistos de uma perspectiva dual, qual seja, tanto a vivência diária do racismo como estressor e causador de sofrimento, quanto o racismo invisível dos serviços de saúde mental, que primariamente deveriam acolher a pessoa alvo do racismo. É também mister a desconstrução da psiquiatrização racial e consequente medicalização do negro – resquício das práticas psiquiátricas do Brasil do início do século XX, de inspiração racista eugênica (COSTA, 2007; ZANELLO; GOUVEIA, 2016) - por meio de uma nova organização do serviço de saúde mental como um todo. Para tanto, precisamos de reflexão acadêmica equilibrada com a reflexão política. As pesquisas da área clínica podem dialogar fartamente com a Psicologia social, utilizando seu arcabouço teórico, por ser a subárea da Psicologia de maior produção de conhecimento sobre o tema, como verificaram Martins, Santos e Colosso (2013). Lamentavelmente, relações étnico-raciais na saúde mental continuam não sendo tema para a pesquisa psicológica clínica.

A desigualdade das condições de vida entre negros e brancos se destaca, e pode ser observada em índices de desemprego, saúde, escolaridade, violência e em situações precárias de moradia. O corpo negro é submetido a vários tipos de hostilidade no cotidiano, que vão de comentários, olhares e constrangimento até mesmo a uma agressão física.

Tendo em vista que é necessário estar inserido em um grupo para o desenvolvimento saudável, a estabilidade dos vínculos com outros sujeitos e a promoção de sentimentos de pertença, constata-se que ser submetido a situações estressantes diariamente acaba gerando sofrimento psíquico, originários de uma construção de identidade desestabilizada, relações sociais adoecidas e autoimagem distorcida.

Esses sentimentos e ideias de menos valia ocasionam uma inverídica concepção do seu papel na sociedade e nas relações interpessoais, isso faz com que a pessoa negra passe por um processo doloroso de tentar chegar cada vez mais perto do padrão aceito, o branco.



Considera-se que o profissional psicólogo tem papel fundamental no enfrentamento ao racismo, já que na resolução N° 18/2002, o Conselho Federal de Psicologia estabelece normas de atuação em relação a preconceito e discriminação racial, corroborando assim com a concepção de que o psicólogo trabalha como agente neste cenário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Republicanismo e questão racial**. In: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (org.). Dicionário da república: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANAIS do 7 **Congresso de Pesquisadores Negros**; 16-17 Jul. 2012; Florianópolis (SC): UFSC, 2012. Associação brasileira de pesquisadores negros. Ofício VII CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 018/2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília-DF, 19 de dezembro, 2002.

COPENE à CGMAD, 6 Jul. de 2012. Florianópolis; 2012. BRASIL. Portaria número 992, 13 de maio de 2009. **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** [internet]. Diário Oficial da União, 14 Maio 2009.

CRENSHAW, K. (2002). **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estudos feministas, 10(172), 171-188.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros**: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 38, n. 3, pág. 450-464, setembro, 2018.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. **Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro**: experiências e percepções de mulheres negras. Psicol. Estud., Maringá, v. 24, e42738, 2019.

KILOMBA, Grada. 2019. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó.

MUNANGA, Kabenguele. (2003). Prefácio. In: I. Carone, M. A. Bento (Eds.), **Psicologia social do racismo** (2a ed., pp. 9-11). Petrópolis, RJ: Vozes.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente**: Um racismo ao avesso? Revista da ABPN • v. 4, n. 8 • jul.–out. 2012 • p. 06-14.

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



NOGUEIRA, C. (2013). **A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades:** condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In C. Nogueira. Práticas sociais, políticas públicas e Direitos Humanos (pp. 227-248). Portugal.

ROGERS C. **Tornar-se Pessoa.** 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2009.

SOUZA, Neusa Santos. 2021. **Tornar-se negro:** Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar. 171 pp.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. **Desigualdade racial, racismo e seus efeitos.** Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, pág. 563-578, dezembro de 2012.

ZANELLO, V., GOUVEIA, M. (2016). **Psiquiatria e racismo.** In: F. C. Lemos, D. Galindo, P. P. G. Bicalho, E. T. A. Ferreira, B. A. Cruz, T. S. Nogueira et al. (Orgs.), Práticas de judicialização e medicalização dos corpos no contemporâneo (Vol. 5, pp. 73-80). Curitiba, PR: CRV.